

Baía de Guanabara: imaginário e pauta jornalística ambiental¹

Michel Misse Filho²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O artigo apresenta a produção de reportagens referentes à Baía de Guanabara, feitas pelo jornal “O Globo” entre as décadas de 1940 e 1970, momento crucial do processo de poluição da baía e sua consolidação enquanto pauta ambiental. Recusando uma perspectiva que enxerga as dimensões “natural” e “social” de forma separada, busca-se compreender os impactos que um problema ambiental tem nas sociabilidades locais. Nesse sentido, cabe discutir as características históricas do jornalismo ambiental brasileiro e a importância da baía para a emergência desse gênero jornalístico no Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Baía de Guanabara; jornalismo ambiental; imaginário; comunicação; poluição.

Porta de entrada real e simbólica do Rio: da baía idílica à poluição sistêmica

A Baía de Guanabara é o berço de fundação do Rio de Janeiro e permeia histórica e geograficamente a constituição desta cidade e dos municípios vizinhos. Esse “acidente geográfico” está emaranhado no imaginário social do Rio e do Brasil, como uma porta de entrada física e simbólica do país para o mundo. Citada como “bela e banguela” na música “O Estrangeiro” de Caetano Veloso, foi essa a referência usada pelo antropólogo Lévi-Strauss em sua viagem ao Brasil: banguela não por conta de alguma poluição -que ainda não estava em pauta à época-, mas pela semelhança dos seus morros com os dentes espaçados de uma boca banguela. A baía foi cantada por compositores desde Paulo da Portela a Tom Jobim; representada em óleo e tela por pintores estrangeiros; e tomou forma literária em livros como “A Moreninha” de Joaquim Manuel de Macedo, marco do romantismo brasileiro.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Curso de Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ, e-mail: michelmiss93@gmail.com.

Pode-se dizer que a Baía de Guanabara sempre ocupou -real e simbolicamente- o papel de “porta de entrada” do Rio de Janeiro para o mundo. Ponto turístico, portuário, balneário e pitoresco, a baía que ocupava papel de centralidade no imaginário carioca torna-se, com o passar das décadas, um problema público. Na segunda metade do século XX, seu problema ambiental passa a ser retratado em outras diversas canções, reportagens, livros, fotografias, filmes e documentários.

Mas como se deu esse processo de transformação da baía, de paisagem idílica a ambiente contaminado? No âmbito jornalístico, uma pequena matéria do jornal *O Globo*, publicada durante os Jogos Olímpicos de 2016, faz uma reflexão a partir da seguinte pergunta: “Como seria a Baía de Guanabara despoluída?”³. A reportagem propõe um exercício imaginativo de alguns dos benefícios que a despoluição da terceira maior baía do Brasil teria para os habitantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: fala-se das praias da Ilha do Governador lotadas de banhistas durante o verão; dos botos-cinza que não mais estariam sumindo da baía; e dos milhares de pescadores que poderiam buscar espécies graúdas -como o linguado e o robalo- perto de casa, ao invés de se deslocarem rumo ao mar aberto.

O exercício feito pelo jornalista segue um caminho oposto ao das inúmeras matérias publicadas sobre a Baía nas últimas décadas, que geralmente tratam o tema de apenas duas formas: ou denunciam os malefícios ambientais ocasionados por sua poluição, ou fazem referência aos gastos e investimentos feitos (e não feitos) no âmbito do saneamento básico. A realidade é que, entretanto, ainda não sabemos ou paramos para analisar a real extensão dos impactos causados pelo processo de degradação ambiental da baía e, por consequência, os impactos positivos que uma eventual despoluição legaria às cidades do seu entorno.

Neste trabalho buscamos compreender, a partir da mídia impressa, a construção da Baía de Guanabara como problema público, mapeando os impactos negativos que a poluição trouxe. Nesse sentido, a análise histórica de reportagens publicadas sobre o tema pode ajudar a pensar não só a Baía de Guanabara em si, mas a construção e exposição de um problema público pelas vias midiáticas, bem como o surgimento e desenvolvimento do jornalismo ambiental.

³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/como-seria-baia-de-guanabara-despoluida-19898016>
Acesso em: 07/10/2017

Inicialmente vamos apresentar o processo de transformação da baía; a seguir mostraremos como o jornalismo ambiental se configura e alimenta o processo de construção de um problema público na baía; por fim, apontaremos as repercussões desse problema para as sociabilidades locais.

Baía de Guanabara como pauta jornalística: dos anos 1940 a 1970

Se os detritos e esgotos já frequentam a baía há séculos - das pescas de baleias à primeira obra de saneamento, em 1641, com a construção de uma vala na atual Rua Uruguaiana (COELHO, 2007)-, a ideia de poluição só será levada em conta pela opinião pública fluminense a partir de meados do século XX. Dois fatores colaboram para isso: o vertiginoso aumento populacional e da industrialização a partir dos anos 1940, e a ampliação do debate ambiental em todo o mundo no cenário do pós-guerra, especialmente após a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962. De acordo com os dados coletados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, em que contam dezenas de jornais que circularam nas praças cariocas em diferentes décadas, o aumento da palavra “poluição” corrobora esta tese: de 182 aparições na década de 1940, o número salta para 3365 nos anos 1960 e 27087 nos anos 1970.

A palavra “poluição” associada à “Baía de Guanabara” seguiu a mesma tendência. Ao analisar centenas de matérias do jornal *O Globo* entre os anos 1940 e 1970, constatamos que a primeira matéria associando “poluição” e “Baía de Guanabara” ocorreu em 1957. Até então, ao examinar somente a expressão “Baía de Guanabara”, percebe-se que a grande maioria das 438 referências encontradas durante a década de 1940 não a tratavam como pauta principal, mas a mencionavam como referencial geográfico, histórico ou publicitário. Também é interessante notar que, apenas no ano de 1940, dentre as 19 matérias que a citam, 10 tem a baía enquanto referência positiva, seguida ou precedida de adjetivos como “linda” ou “admirável”, sendo uma tendência que segue pelos anos seguintes.

Com a observação das matérias desta época percebe-se a centralidade positiva da Baía de Guanabara para a cidade, cujas imagens estavam intrinsecamente associadas. Em meio às inúmeras citações feitas por estrangeiros e traduzidas nas reportagens, uma em especial chama a atenção e torna-se emblemática para a compreensão desta centralidade:

Todos os turistas que nos visitam –e isso há mais de um século- cantam em prosa e em verso “a beleza sem par da Baía de Guanabara”. Os nossos repórteres de anteontem e de ontem, subindo ao convés dos navios recém-chegados desfechavam, à queima-roupa, aos passageiros mais importantes: “Qual é a impressão de V. Exa sobre a Baía de Guanabara?”. Naturalmente, as respostas eram as esperadas: “Admirável”, “Incomparável” etc [...] Certas músicas, certas frases, certos versos geniais, à força de repetidos, de remoídos, chegam às fronteiras dos “lugares comuns”. Todavia, não deixam de ser belos, geniais. A Baía de Guanabara [...] não teme confronto de beleza com as baías de Nápoles, Frisco ou do Bósforo. E além do mais, o carioca não gosta –e com toda razão- que se fale exclusivamente da baía, quando ela é apenas uma fração no conjunto de maravilhas do Rio. (O GLOBO, 10/12/1946:6)

Se nos anos 1940 a Baía de Guanabara era considerada o maior símbolo do imaginário carioca - e a última frase do trecho citado na reportagem parece demonstrar isso-, a partir da década seguinte sua centralidade foi perdendo espaço. Concomitantemente ao seu processo de degradação ambiental, observou-se o crescimento populacional das praias da Zona Sul, a popularização de Copacabana e da Bossa Nova e, já dos anos 1960 em diante, o *boom* da praia de Ipanema. Pode-se dizer, assim, que as transformações na baía fizeram essa região cair paulatinamente no ostracismo, acentuando o processo de concentração financeira e de lazer na Zona Sul e Barra da Tijuca, que hoje detém o “monopólio” das praias aptas ao banho de mar e, portanto, aptas ao turismo e outras atividades.

Entretanto, a centralidade da baía até meados do século XX não se referia apenas às suas belezas: esta de fato atuava como uma “praça” marítima. Era normal o encontro diplomático de políticos brasileiros com autoridades estrangeiras em excursões sobre as águas da Guanabara, em que se destacam, nos anos 1940, a recepção do general americano e futuro presidente Eisenhower, além do lorde John Davidson, alto funcionário do Ministério de Informações da Inglaterra, acompanhado do embaixador inglês no Brasil. Três anos após a visita do lorde e com o fim da segunda guerra mundial, o primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira desembarcou triunfalmente e festejou a vitória pela orla da Baía de Guanabara, aglomerando uma multidão de pessoas e embarcações sobre a baía.

Na década de 1950, entretanto, surgem as primeiras quatro matérias que relacionam a baía de Guanabara com um processo de poluição e degradação ambiental. Há notícias no ano de 1950 denunciando o despejo de esgotos e alertando sobre

interdições e liberações de praias –inclusive as oceânicas, fora da baía, como Leblon e Ipanema-, mas é somente em 1957 que aparece a primeira reportagem que liga a palavra “poluição” à “baía de Guanabara”. A matéria, sobre o desaparecimento de peixes, também tem longa entrevista com o professor de oceanografia, pesca e piscicultura, Antônio da Costa Pimentel, reproduzida a seguir:

Sobre água poluída, já temos o exemplo da Lagoa Rodrigo de Freitas, que poderia ser um manancial de peixe fresco, a suprir todo o Distrito Federal. Cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, mediante pesquisas, numa vasta zona da baía de Guanabara, determinaram as razões das poluições das águas, causas do desaparecimento da flora e fauna [...]. A leitura [...] a respeito da poluição das águas da enseada de Inhaúma e junto à ilha dos Pinheiros, no fundo da baía de Guanabara [...] trouxe nítidas e insofismáveis informações sobre esse mal que pode estender-se à maior superfície da baía de Guanabara (O GLOBO, 01/08/1957:3)

Desta reportagem em diante a Baía de Guanabara passa, cada vez mais, a virar pauta jornalística atrelada à poluição: de 4 matérias nos anos 1950, o número chega a 202 na década seguinte e alcança incríveis 889 nos anos 1970. Até os dias atuais as médias de matérias mantêm-se semelhante aos dos anos 1970. Nesse sentido, propomos compreender a Baía de Guanabara em três estágios diferentes: um primeiro momento idílico, anterior ao aparecimento do problema da poluição; um segundo momento em que a poluição entra em pauta, ainda de forma esporádica e não se tratando de um problema sistêmico, como demonstrado nesta primeira reportagem denunciativa; e um terceiro momento em que a poluição já parece estar entranhada, indissociável e quase naturalizada à imagem da baía como um todo. É a partir dos anos 1970, por exemplo, que começam a ser empregadas palavras como “despoluição”: a poluição entendida como condição natural da baía, não como um processo, a despeito da grande renovação de suas águas no fluxo com os oceanos.

O início deste “terceiro estágio” e o grande *boom* de matérias se dá, mais especificamente, em 1969, que conta mais de um terço de todas as matérias da década. A explicação deste aumento substancial começa dois anos antes, em uma polêmica travada sobre a suposta influência da poluição no aumento dos casos de hepatite da população. De um lado, a Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN) negava a influência direta da poluição na saúde humana; do outro lado, o jornal *O*

Globo chegou a contratar laboratórios químicos para medir os índices de substâncias tóxicas nas águas.

Em janeiro de 1970, uma reportagem de página inteira do *O Globo* volta a atestar para o perigo da hepatite, entrevistando médicos que atribuem o aumento do número de casos da doença na Ilha do Governador à poluição das águas. A reportagem contém diversas fotos, e a principal expõe uma mãe ao lado dos filhos na praia: “A maioria das mães cariocas não faz ideia do perigo a que estão expostos seus filhos” é a legenda da imagem. No corpo da matéria, os banhistas entrevistados demonstram surpresa com esse “fato novo” que era colocado na vida do carioca, que passaria a se acostumar em frequentar menos as praias da Guanabara pelas décadas seguintes.

A maioria dos banhistas cariocas revelava à reportagem que não julgava fosse tão grande o perigo a que estavam expostos, demonstrando disposição de procurar agora locais menos insalubres. [...] A maioria das pessoas achou ótima a reportagem de *O Globo*, e não julgava fosse tão grande o perigo das praias que frequentava. Muita gente ficava surpresa: “Ué, não era só Botafogo?”. [...] Principalmente na Ilha do Governador, as pessoas indagavam: “Se todas as examinadas aqui da Ilha estão poluídas, será que todas não podem ser frequentadas?” (*O GLOBO*, 08/01/1970: 13).

Se a polêmica entre SURSAN e *O Globo* vinha sendo noticiada sob o ponto de vista científico e médico, esta matéria de 08 de janeiro apresenta, de forma inédita, uma maior aproximação com o banhista, em reportagem mais “humanizada”. Até então, todas as reportagens que denunciavam a poluição da baía eram distantes do público, mencionando as obras do governo para tratar dos problemas, o desaparecimento de peixes ou ainda começando a abrir-se a hipótese do risco de hepatite. Entretanto, não só se tratavam de matérias pragmáticas e burocráticas na própria construção da narrativa, como geralmente ocupavam pouco espaço no jornal, sem o uso de muitas fotos. Do ponto de vista do imaginário da baía frente à opinião pública e sociedade, a foto da mãe com os filhos é fundamental para levar o tratamento da poluição, enquanto pauta jornalística, a outro patamar.

A produção da notícia e a Baía de Guanabara no contexto do jornalismo ambiental brasileiro

A partir da análise do noticiário sobre a poluição da Baía de Guanabara, cabe a reflexão sobre como se dá a irrupção de um assunto enquanto pauta jornalística - neste

caso, uma pauta ambiental, tema inédito para o jornalismo brasileiro da época-. Não é possível mensurar se, já nos anos 1940 e, portanto, em sua fase “idílica”, a Baía de Guanabara já acumulava um processo “sistêmico” de poluição não noticiada. O Rio de Janeiro se urbanizava e industrializava, saltando de uma população de 274.972 pessoas em 1872 para 1.764.141 em 1940, segundo os dados demográficos do IBGE⁴. Da década de 1950 aos anos 1970 - momento crucial para o processo e a consolidação da poluição da baía-, a população alcançaria 4.315.746 na capital, fora as outras cidades da região metropolitana, cujos detritos também desembocam na baía.

Nesse sentido, a tentadora pergunta “quando e de que forma a baía de Guanabara ficou poluída?” deve ser alterada para algo como “quando e de que forma a sociedade carioca – e a mídia- passou a considerar a baía de Guanabara como poluída?”. Esta última é que interessa ao entendimento da baía sob uma perspectiva comunicacional.

O que leva, portanto, um fato já conhecido - o lançamento de esgoto nas águas-, ser tratado e interpretado jornalisticamente como um acontecimento e uma informação a ser dada? O fato, como explicam PAIVA & SODRÉ (2005), na corrente positivista que carrega fortes relações com o próprio jornalismo, corresponde à experiência sensível e empírica. É também fato único e individualizado em termos de temporalidade e espaço.

O mundo dos fatos – a que podemos também chamar de ‘estado de coisas’- é o mundo da experiência empírica, isto é, de relações contingentes, do fenômeno que pode acontecer ou não, fora de qualquer ordem necessária. [...] O conhecimento dos fatos redundante, na verdade, em história, em torno da qual sempre girou o jornalismo, mesmo sem pretensões de essência ou sequer de sistematização dos seus registros. O que os fatos, em si mesmos, nos transmitem são conhecimentos contingentes, isto é, que poderiam ser de outra forma, relativos, não necessários. (PAIVA & SODRÉ, 2005: 97)

Contudo, em se tratando de um conceito para objetos cuja realidade pode ser provada, é importante, para fins analíticos, a utilização de outro termo para esta representação social do fato, que é, no caso deste trabalho, a informação jornalística concretizada em notícia: o “acontecimento” (PAIVA & SODRÉ, 2005).

Se por analogia entendermos, como exemplo, o lançamento de cada m³ de dejetos domésticos ou industriais na baía como um fato em sua individualidade e singularidade, podemos supor que a representação social deste fato (ou a sua produção

⁴ Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00> Acesso em: 30/06/2018

de realidade) pode ser feita pelos jornalistas que a construirão em formato de informação - no caso, uma notícia que denunciase a poluição, por exemplo.

Por outras palavras, o acontecimento é uma modalidade de tratamento do real do fato, portanto, é uma construção ou uma produção de realidade. Informação e acontecimento são instâncias interdependentes. A partir de um material bruto disposto pela unidade factual do acontecimento, a informação constrói um esquema narrativo, uma forma germinal de enredo ou intriga, que transforma a factualidade da vida, uma vez que nesta não há propriamente enredo, tão só repetições, coincidências e inesperados. (PAIVA & SODRÉ, 2005: 97)

O trabalho do jornalista é, portanto, o de interpretar e contextualizar uma realidade, ajudando a produzi-la. Entender as notícias como construídas, rejeitando-as como espelho fiel de uma realidade não é, todavia, implicá-las na condição de ficção. No campo social e prático, a própria distinção radical entre a realidade e a notícia - que supostamente deveria refleti-la- seria impossível, tendo em vista que as próprias notícias ajudam na construção da realidade. (TRAQUINA, 2005). Gaye Tuchman também entra no ponto da notícia enquanto estória a ser contada:

Dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. (TUCHMAN apud TRAQUINA, 2005: 169)

É fundamental, por consequência, estabelecer a importância de se noticiar um acontecimento dentro do contexto cultural e histórico, bem como dos temas que seriam relevantes a uma determinada sociedade. O sociólogo Michael Schudson explica que “as notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos” (SCHUDSON apud TRAQUINA, 2005: 171)

Desta forma, entende-se que as primeiras matérias denunciativas de uma poluição na baía de Guanabara encontram-se contextualizadas no pós-guerra e em plena Guerra Fria, em que o movimento ambientalista ganha força internacionalmente. Nesse momento também são realizadas as primeiras conferências internacionais com chefes de estados que visavam combater os problemas ambientais que vinham à tona no planeta.

Por outro lado, se as notícias participam da construção da realidade, o início da noticialização de um determinado tema ajuda a torná-lo relevante para a própria

sociedade. A curva de notícias denunciativas da baía de Guanabara é totalmente ascendente: começa nos anos 1950 e, acompanhando os movimentos ambientalistas e jornalísticos internacionais, tem seu *boom* de ocorrências a partir do final da década de 1960. Impulsionada pelo aumento de matérias que denunciavam risco à saúde humana correlacionando um suposto aumento no número de casos de hepatite aos banhos de mar na Guanabara, as notícias que denunciavam a poluição da baía tomam, neste período histórico, a relevância, em média de notícias, que têm hoje. Pode-se entender o noticiário da baía de Guanabara como um pré-1968 e outro pós-1968, com a importância de se olhar o cenário internacional sobre o tema ambiental.

Seis anos após a publicação de *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, teria início a Conferência sobre a Biosfera, organizada pela UNESCO, e que retomaria o tema ambiental, 19 anos após a *Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos* (UNSCCUR), tida como primeiro marco importante na ascensão do movimento ambientalista, mas ainda precoce nas respostas políticas às suas temáticas. A *Conferência da Biosfera* de 1968 retratou o tema ambiental depois de 19 anos, e precedeu o que seria o maior evento internacional para tratar de meio ambiente até então, e tido como divisor de águas do movimento ambientalista: a *Conferência de Estocolmo*, em 1972.

Alguns fatores contextualizavam o cenário para que se ocorresse a conferência. Entre eles, a própria temática ambiental que vinha ganhando espaço na arena pública desde o livro de Rachel Carson, até a divulgação das primeiras imagens do Planeta Terra feitas do espaço, em 1969, que certamente chamaram a atenção da população para a unicidade da Terra e a responsabilidade de cuidá-la. A *Conferência de Estocolmo*, realizada pela ONU em junho de 1972, passou a ser um marco na luta ambiental.

Vinte anos após Estocolmo, seria o Rio de Janeiro a cidade-sede da nova *Conferência Geral das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, conhecida como *ECO-92*. Para o Rio de Janeiro, a oportunidade de sediar a conferência abriu ainda mais os olhos da opinião pública para o estado de poluição da Baía de Guanabara. Desta forma, foi possível que se conseguisse o financiamento de verbas japonesas e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para realizar o Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), nunca concluído.

Em meio aos primeiros movimentos ambientalistas dos anos 1960 começa a surgir, também, o jornalismo ambiental. No caso brasileiro, começou atrelado ao

jornalismo científico (BELMONTE, 2015), e encontra dificuldades para se construir autonomamente como um campo jornalístico de referência. Roberto Villar Belmonte entende o ativismo ecológico e o engajamento da sociedade como imprescindíveis para o surgimento do jornalismo ambiental: “Sem alianças e parcerias na sociedade, o jornalismo ambiental até informa, mas não comunica (WOLTON, 2010) e nem transforma (BELMONTE, 2015: 11)”. A dificuldade do meio ambiente se consolidar enquanto pauta frequente nas redações também é abordada pelo autor.

O meio ambiente é pauta, mas em geral ocupa espaços periféricos e recebe uma abordagem exótica. As reportagens quase sempre são fruto do interesse e da curiosidade do próprio jornalista. Dificilmente resultam de uma decisão das chefias, pois o status editorial ainda não é proporcional ao tamanho da crise ecológica planetária. (BELMONTE, 2004: 22)

Uma característica marcante da construção da pauta ambiental é se encontrar ancorada, com frequência, no seu caráter de tragédia. Por outro lado, o meio ambiente também pode ser notícia quando representado na forma oposta, de maneira que é “divulgado como um paraíso idílico e intocável pelo homem” (CARDINALLI, 2013: 5). Percebemos que a Baía de Guanabara corrobora as teses: estava presente em algumas matérias que a mencionavam de forma idílica, e tornou-se de fato uma pauta quando começou a correr perigo. Posteriormente, pôde se tornar uma pauta consolidada e encontrou um *boom* de matérias quando esse perigo deixava de estar circunscrito à fauna e flora, mas oferecia riscos à saúde humana. A Baía de Guanabara, desta forma, pôde se tornar pauta frequente e autônoma quando saiu de sua dimensão estritamente ambiental e virou tema de saúde; depois, tema político, econômico e de obras nunca concluídas.

Atualmente, a construção de notícias sobre a Baía de Guanabara segue, na maior parte das vezes, dois caminhos: uma via ambiental, de denúncia do desaparecimento de peixes e golfinhos ou, ao contrário, a tentativa de se achar focos de resistência ambiental em uma baía poluída; e uma via “político-econômica”, de denúncia a não conclusão de diversas obras do PDBG e do Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM), prometidas pelo Governo do Estado, que solucionariam o despejo de esgotos *in natura*, proveniente das dezenas de rios que desembocam na baía.

Caberá aqui utilizarmos o que Wilson da Costa Bueno entende por diversas síndromes e equívocos que penalizam a cobertura ambiental, do sensacionalismo ao uso

quase exclusivo de autoridades como fontes, e mais especificamente o que ele chama de “fragmentação do olhar”.

A primeira delas – a síndrome do zoom ou do olhar vesgo – tem a ver com o fechamento do foco da cobertura, a fragmentação que retira das notícias e reportagens ambientais a sua perspectiva inter e multidisciplinar. Esta síndrome é favorecida pelo processo acelerado de segmentação jornalística, concretamente a divisão de veículos em cadernos e editorias. A redução da cobertura ambiental a um olhar (econômico, científico, político, etc.) tem sido um terreno fértil para leituras particulares e negativamente comprometidas sobre a questão ambiental e inclusive para a legitimação de conceitos absolutamente inadequados. (BUENO, 2007: 37)

Ao analisar o papel de centralidade que a Baía de Guanabara tem sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é fundamental a considerarmos de uma forma maior do que apenas habitat de seres não-humanos ou um grande canteiro de obras. Se o engajamento e ativismo ecológico são fundamentais para a irrupção da pauta ambiental e posterior transformação de uma realidade (BELMONTE, 2015), percebemos na história do noticiário da própria Baía de Guanabara que esta se transformou em pauta relevante quando estendeu seu foco, dos despejos de óleo e desaparecimento de peixes, ao risco na saúde humana. Não se pretende aqui, evidentemente, desprezar a importância do ecossistema não humano da Baía de Guanabara, mas justamente o contrário: para que se tenha engajamento social e pressão popular para a realização das obras necessárias ao salvamento desse ecossistema, é preciso apontar também para as influências que a poluição tem sobre os próprios humanos, moradores do grande Rio.

Baía de Guanabara: imaginário e sociabilidade

O imaginário social midiático da grande imprensa, que contribuiu para a construção do problema público da baía a partir dos anos de 1960, não parece ter visibilizado as consequências dessa degradação ambiental para as transformações nas modalidades de vinculação comunitária desse ambiente. São mudanças que vão desde hábitos de lazer, como o usufruto das praias da baía, aos deslocamentos territoriais forçados: a ida de moradores da periferia às praias da Zona Sul e Oeste do Rio e o preconceito despertado nesses “conflitos territoriais”, bem como a estigmatização dos seus territórios de origem, tidos como sujos, fétidos e sanitariamente inadequados.

Assim, apesar da pouca visibilidade dessas transformações nas sociabilidades, podemos sugerir que o processo de degradação ambiental da baía é contemporâneo de outros que contribuíram para a noção disseminada de “crise do Rio de Janeiro”: da perda da condição de capital federal, passando pelas crises econômicas sucessivas, à escalada da violência e da guerra às drogas na cidade. Tenta-se, desta forma, aproximar fenômenos ambientais e sociais, sugerindo que as transformações da Baía de Guanabara nas últimas décadas também contribuíram para a crise sociocomunitária da região metropolitana.

Mas, para além do imaginário atualmente associado à degradação ambiental, a qual compromete a qualidade de vida de homens, mulheres e uma infinidade de não humanos, cabe pensarmos a Baía de Guanabara como mais do que isso: esse ambiente possibilita a circulação pelos diferentes municípios, sendo um ponto de interseção entre todos. Por analogia, pode-se considerar que, se uma praça pode propiciar a vitalidade de um bairro, a Baía de Guanabara é vital para a integração de toda região metropolitana, sendo o grande lugar comum de diferentes culturas. A Baía de Guanabara representa, por assim dizer, um território de pertencimento comum de diferentes segmentos da população da metrópole, diferentes “tribos” (MAFFESOLI, 1987) que constroem formas diversas de viver, tendo na Baía de Guanabara um grande valor identitário: no usufruto de suas praias e passeios por suas águas e entorno, no patrimônio imaterial de suas paisagens, nas expressividades festivas e religiosas de suas águas, nos esportes aquáticos ou mesmo no âmbito do transporte. Enfim, desde a diversidade dos modos de vida que a baía faz circular, da famosa “carioquice” associada ao imaginário praiano, passando pelas formas tradicionais das muitas comunidades do seu entorno.

Partiremos da hipótese, portanto, de que a Baía de Guanabara constitui um lugar de comunicação, em seu sentido originário de “agir em comum” (SODRÉ, 2014) e que, por isso, seu processo de degradação ambiental afeta diretamente as vinculações comunitárias da população do seu entorno. Os impactos dessas transformações recentes podem ter, dessa forma, um cunho fragmentador: dificultam a vitalidade dos laços comunitários da população, que poderia usufruir de espaços em comum ao redor e no interior da baía, além de interferir nas relações de pertencimento aos territórios vividos.

Embora parte da população fluminense não conheça, existem dezenas de praias na Baía de Guanabara⁵. À exceção de praias como Flamengo, Praia Vermelha e Praia da Moreninha que, dependendo das correntes marítimas e do fluxo das marés, apresentam condição razoável para banho em determinadas épocas do ano, a quase totalidade dessas praias está fora dos padrões de balneabilidade há anos, de acordo com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA)⁶.

Para além de um ambiente de lazer, a praia pode ser entendida como um importante lugar de sociabilidade. Da comunicação verbal das rodas de conversa às modalidades esportivas coletivas, podemos pensar a praia também como um tipo de “comunidade do afeto” (PAIVA, 2012), onde convivem individualidades, expressividades, modos de vida: moradores e frequentadores, barraqueiros, vendedores, esportistas, lixeiros, artistas etc.

Entende-se, desta forma, que a restrição do usufruto das praias da baía configura ao menos dois fenômenos: a perda do potencial de vinculação comunitária e de pertencimento territorial dos moradores das zonas suburbanas do grande Rio; e o acirramento de experiências sociais segregadas entre as periferias e as zonas sul e oeste carioca. Os moradores das regiões mais abastadas deixam de conhecer e frequentar o que poderiam ser as belezas de dezenas de localidades no recôncavo da baía. Assim, leva-se em conta que a experiência de “ir à praia” constitui mais do que simplesmente tomar um banho de mar, mas passa também pelo enriquecimento das experiências da cidade: almoçar na região, passear pelo bairro e conhecer outras pessoas. Tudo isso é também uma troca cultural.

Para investigarmos os meandros e as transformações no imaginário da Baía de Guanabara podemos partir das ideias de Maffesoli, que compreende o conceito de imaginário como algo real, que possibilita a construção do coletivo e dos processos comunicacionais. Na apresentação deste conceito, o autor introduz o tema da seguinte maneira.

[...] O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade, etc. É cimento social. Logo, se o

⁵ De acordo com o Instituto Baía de Guanabara, são 44 praias em toda sua extensão. Disponível em: http://baiadeguanabara.org.br/site/?page_id=4813 Acesso em: 02/10/2017

⁶ Disponível em: <http://200.20.53.3:8081/Portal/MegaDropDown/Monitoramento/Qualidadedaagua/Praias/index.htm&lang> = Acesso em: 02/10/2017

imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual.
(MAFFESOLI, 2001: 76)

Paiva (2012), ao rascunhar as possibilidades do que chama de “comunidade do afeto”, retoma o pensamento de Esposito para se pensar a comunidade de uma outra forma, utilizando o termo latino *communitas* como ponto de partida.

[...] *Cum* é aquilo que nos coloca uns diante dos outros, uns em relação com os outros – é o que nos lança na experiência de estar junto. [...] Já o termo *munus*, explica, possui três significações possíveis, todas elas relacionadas à ideia de dever, de obrigação de encargo, de função. São elas *onus*, *officium* e *donum* (ônus, ofício e dom ou doação). Esposito considera que aquilo que os membros de uma comunidade têm em comum não seja alguma coisa de positivo, como um bem ou uma propriedade, nem mesmo um pertencimento e nem uma essência. Para ele, o que possuem em comum é um dever, uma tarefa, uma dívida.
(PAIVA, 2012: 72)

Para a autora, a noção de “dever” do termo *communitas* está em contraposição ao *immunitas* que, na concepção de Esposito, surge na época moderna e designa os sujeitos que “estão dispensados da dívida que os une aos outros” (PAIVA, 2012: 72). Nesse sentido, pode ser útil nos apropriarmos da noção de “dever” para o debate sobre a baía: para que se pense a coesão social de bairros, comunidades e cidades que têm a baía enquanto “ponto em comum”, podemos ampliar a noção de dever para com os outros homens, em direção ao sentimento de dever para com a Baía de Guanabara (ou o meio ambiente de uma forma geral). Vale salientar que a utilização do conceito de “dever”, nessa dimensão de responsabilidade ambiental, mais do que explicar o vínculo comunitário, se propõe a ser uma noção que ajude na intervenção do real na baía: é só a partir de uma noção de “dever” (ou “responsabilidade”) que pode se almejar que suas águas ajudem, de fato, a construir um vínculo de diversas populações que nela habitam ou frequentam. Um imaginário que seja construído e compreendido, não mais na forma indissociável baía-poluição, mas como cimento social, na concepção de imaginário entendida por Maffesoli (2001).

Conclusões

A pesquisa sobre a produção jornalística referente à Baía de Guanabara buscou demonstrar o momento fundamental em que esta passa a virar um problema público e ambiental na sociedade carioca: meados do século XX, mais especificamente os últimos

anos da década de 1960. Foi necessário, contudo, analisar a pauta ambiental numa perspectiva que imbrica dimensões tradicionalmente pensadas como separadas: o ambiente “natural” e o “social”. Divergindo desta repartição, propusemos analisar o processo de construção deste problema público ambiental de forma a entender suas implicações no ambiente - da poluição das águas às sociabilidades-.

Ao mesmo tempo, refletir sobre a consolidação desta pauta na mídia carioca abre a possibilidade de estudarmos as características históricas do jornalismo ambiental, bem como a importância do tema da baía para a emergência desse tipo de jornalismo no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- BELMONTE, Roberto In VILLAS-BOAS, Sérgio. *Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2004
- BELMONTE, Roberto V. *História do jornalismo ambiental brasileiro*. In: Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre, 2015
- BUENO, Wilson. *Jornalismo ambiental: explorando além do conceito*. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.15. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- CARDINALLI, Marcos. *Jornalismo Ambiental: uma breve análise da abordagem na mídia impressa*. In: Intercom. Bauru, 2013.
- COELHO, Victor. *Baía de Guanabara: uma história de agressão ambiental*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- ESPOSITO, Roberto. *Communitas. Origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires, Amorrortu, 2003.
- MAFFESOLI, Michel. Entrevista: O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*. n. 15, 2001, pp. 74-81.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. São Paulo: Forense Universitária, 2014
- PAIVA, Raquel. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. *Matrizes*, v. 6, n. 1, 2012, pp. 63-75.
- PAIVA, Raquel & SODRÉ, Muniz. *Sobre o fato e o acontecimento*. In: *Trajectos*, n.6. Lisboa, 2005.
- SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para um método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2.ed., 2005. pp.145-201